



## **RELATÓRIO DO 1º ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**



## SUMÁRIO

### 1. APRESENTAÇÃO

### 2. CICLO DE CONSULTA PÚBLICA

### 3. CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

#### 3.1 Audiência Pública de Inhumas

#### 3.2 Audiência Pública Regional de Goiânia e Aparecida de Goiânia

#### 3.3 Audiência Pública de Anápolis

#### 3.4 Audiência Pública Regional do Entorno do Distrito Federal

#### 3.5 Audiência Pública de Trindade

#### 3.6 Audiência Pública para oitiva de Defensoras e Defensores Públicos

### 4. RESULTADO GLOBAL COM AS PROPOSTAS APONTADAS COMO MAIS RELEVANTES

### 5. CONCLUSÕES



## 1. APRESENTAÇÃO

O orçamento participativo é um processo democrático de gestão financeira em que os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente na definição das prioridades e na alocação de recursos públicos em determinado contexto, como uma cidade, um estado ou uma instituição específica. Esse processo busca promover a transparência, a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, permitindo que os indivíduos participem das decisões que impactam diretamente suas vidas.

No âmbito da Defensoria Pública o orçamento participativo desempenha um papel fundamental, pois promove a participação democrática e o fortalecimento do acesso à justiça para todos os cidadãos. Trata-se de um mecanismo que possibilita a construção coletiva e a tomada de decisões compartilhadas sobre a alocação de recursos, garantindo que as necessidades e demandas da população sejam consideradas na formulação das políticas públicas.

A participação popular amplia a transparência e o controle social sobre os recursos públicos, possibilitando que a sociedade civil compreenda melhor o papel da instituição, como os recursos estão sendo utilizados e fiscalize sua execução. Isso contribui para o fortalecimento da confiança na instituição, reduzindo a possibilidade de irregularidades e promovendo uma gestão mais eficiente e responsável.

Ao envolver os diferentes atores interessados, como defensoras/es públicas/os, servidoras/es, colaboradores/as da instituição e a sociedade civil, no processo de alocação de recursos, é possível garantir que as prioridades reflitam as reais necessidades da população. Dessa forma, o orçamento participativo contribui para uma atuação mais assertiva e alinhada com as demandas daqueles que são diretamente beneficiados pelos serviços prestados pela Defensoria Pública.

A partir de solicitação da Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos-AGDP, a Defensoria Pública do Estado de Goiás, por meio da Portaria n. 338/2023 – GABINETE/DPG, de 23 de junho de 2023, implementou o orçamento participativo no âmbito da instituição, como instrumento de gestão democrática e participativa, com o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil na definição das prioridades de investimento e ações da Defensoria Pública, contribuir com o planejamento e elaboração das propostas institucionais de leis orçamentárias, bem como aprimorar a transparência fiscal.

Por conseguinte, através da Portaria n. 344/2023 – GABINETE/DPG, de 26 de junho de 2023, o Defensor Público-Geral indicou os integrantes da Comissão do Orçamento



Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás, responsável por operacionalizar e executar o processo de Orçamento Participativo cujas propostas farão parte da construção da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 da instituição.

Integraram a Comissão do 1º Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás: o Defensor Público-Geral, Tiago Gregório Fernandes (Presidência); a Subdefensora Pública-Geral do Estado Para Assuntos Administrativos, Mayara Batista Braga (Vice-Presidência); o Subdefensor Público-Geral do Estado Para Assuntos Institucionais, Allan Montoni Joos; as Defensoras Públicas e Defensores Públicos indicados pela Defensoria Pública-Geral, Lucianna Fernanda de Castro Barbosa, Tiago Ordones Rêgo Bicalho, Cristiana Maria Baptista Teixeira Conceição, Débora Vidal de Almeida Rocha, Emerson Fernandes Martins e Lorena Borges Santos; as Defensoras Públicas representantes da Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos-AGDP, Fernanda Rodrigues da Silva Fernandes (Diretora-Presidenta da AGDP) e Letícia Parobé Gibbon (representante suplente da AGDP); o Diretor de Administração e Planejamento, Marcelo Graciano Soares e a Ouvidora-Geral, Ângela Cristina Dos Santos.

Desta forma, para subsidiar os trabalhos da comissão na construção do orçamento participativo, inicialmente foi realizada uma consulta pública para definição dos temas que seriam prioritários para investimentos, ações e expansão dos programas de acesso à justiça da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

A partir da consulta realizada, a Comissão de Orçamento Participativo realizou a análise das propostas apresentadas pela sociedade civil, processo que resultou na consolidação de 17 (dezessete) propostas contemplando aquelas mais relevantes ou com maior incidência.

Em seguida, foram realizadas 6 (seis) audiências públicas, que contaram com calorosos debates e ampla participação popular na votação das propostas oriundas da consulta pública. Importante ressaltar que a execução de todos os eventos contou com a efetiva colaboração e articulação da Ouvidora-Geral Externa da Defensoria Pública de Goiás, o que proporcionou a diversidade de segmentos da sociedade civil organizada e, conseqüentemente, contemplou a discussão de demandas importantes para ampliação e melhoria dos serviços prestados pela Defensoria Pública.

Assim, a compilação dos dados, documentos e propostas mais votadas se concretiza neste documento que será apreciado pela Defensoria Pública-Geral e incorporado na Proposta de Lei Orçamentária Anual da Defensoria Pública para 2024.



## 2. CICLO DE CONSULTA PÚBLICA

<b>ATIVIDADE</b>
Consulta Pública do 1º Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás.
<b>REALIZAÇÃO</b>
Defensoria Pública do Estado de Goiás.
<b>OBJETIVO</b>
Possibilitar a participação da sociedade no planejamento e processo de alocação de recursos, garantindo que as prioridades institucionais reflitam as reais necessidades da população, além de ampliar a transparência e o controle social sobre os recursos públicos.
<b>PERÍODO</b>
Consulta Pública: 29/06/2023 a 10/07/2023
<b>ALCANCE</b>
Número de Participantes na Consulta Pública: 347 Número de Propostas na Consulta Pública: 1.044

A primeira etapa do ciclo de Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás iniciou-se uma consulta pública, via formulário eletrônico veiculado o portal da instituição (*google forms*), através de qual a população poderia sugerir as propostas que entendessem mais relevantes para as prioridades de investimento e ações da Defensoria Pública.

Considerando a grande dificuldade de acesso aos meios digitais de parcela significativa dos usuários da Defensoria Pública e visando ampliar a participação dos nossos assistidos, foram disponibilizados em todas as unidades da instituição formulários impressos da consulta pública. Em cada unidade um colaborador foi designado e orientado para auxiliar os assistidos no preenchimento dos formulários.

Cada participante da consulta poderia apresentar até 3 (três) propostas, de forma livre, as quais foram agrupadas em 18 (dezoito) eixos temáticos: (01) Defensoria Pública e assistência jurídica integral e gratuita; (02) Projeto Defensoria Itinerante /Carreta DPE; (03) Crianças e adolescentes; (04) Pessoas com deficiência; (05) Políticas sobre drogas e saúde mental; (06) Juventude; (07) Pessoa idosa; (08) Sistema carcerário; (09) Igualdade racial; (10) Gênero e direitos das mulheres; (11) Pessoas em Situação de Rua; (12) Comunidades e Povos tradicionais; (13)



Comunidade LGBTQIA+ (14) Comunidades rurais; (15) Moradia e direito à cidade; (16) Direitos Humanos; (17) Alimentação e (18) Outros.

Paralelamente, foi realizada uma campanha institucional nas mídias sociais da instituição, divulgação através de cartazes e mobilização social pelos integrantes da Comissão de Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

A consulta pública aconteceu no período compreendido entre 29/06/2023 e 10/07/2023, e contou com a participação de 347 (trezentas e quarenta e sete) pessoas, que apresentaram um total de 1.044 (mil e quarenta e quatro) respostas.

Em relação ao domicílio dos participantes, verificou-se que, das 347 (trezentas e quarenta e sete) pessoas que responderam a consulta pública, 202 (duzentas e duas) se identificaram como residentes em Goiânia, 82 (oitenta e duas) em Aparecida de Goiânia e 16 (dezesseis) em Trindade, sendo contabilizadas ainda participações de domiciliados das cidades de Anápolis, Caldas Novas, Goianira, Inhumas e Senador Canedo.

Cada participante indicou até 03 (três) temas no formulário, totalizando 1.044 (mil e quarenta e quatro) respostas. Destas, em 532 (quinhentas e trinta e duas) respostas constavam apenas a indicação do eixo temático prioritário, sem apresentar proposta específica relacionada ao tema (campo da proposta estava em branco) e, em 512 (quinhentas e doze) respostas, constavam propostas específicas relacionadas ao tema.

Ao término da consulta pública, a Comissão do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás realizou o trabalho de agrupamento das respostas apresentadas por eixo temático e por similaridade. Em seguida, foram elaborados os enunciados de propostas contemplando aquelas mais relevantes e com maior incidência na pesquisa. Como resultado da consulta pública as respostas apresentadas foram consolidadas nas 17 (dezesete) propostas a seguir apresentadas:

(1) Expandir os serviços da Defensoria Pública mediante a ampliação do número de Defensoras e Defensores Públicos, bem como a instalação de unidades da Defensoria Pública em todas as cidades do estado de Goiás hoje não atendidas.

(2) Investir em ferramentas tecnológicas para melhorar o atendimento e acesso do usuário ao serviço, a exemplo da implantação uma Central de Atendimento à assistida e ao assistido de forma remota, aprimorando o agendamento de atendimentos e as devolutivas aos usuários através de meios facilitados de acesso à informação.

(3) Investir na melhoria da estrutura das unidades da Defensoria Pública para a efetiva acessibilidade à pessoa com deficiência e pessoa idosa, mediante adequações físicas, aprimoramento da comunicação visual e sinalizações, atendimento por profissionais capacitados e priorização do atendimento.



- (4) Melhorar a divulgação dos serviços prestados pela Defensoria Pública, ações itinerantes, áreas de atuação, critérios, horários e locais de atendimento, mediante ações educativas e campanhas institucionais em veículos de comunicação e linguagem acessíveis às assistidas e aos assistidos da Defensoria.
- (5) Ampliar o quadro de servidoras e servidores da Defensoria Pública e implantar uma política de valorização institucional e fomento a um ambiente organizacional de trabalho saudável.
- (6) Fortalecer a estrutura do NUDEM para ações de prevenção e enfrentamento à violência contra mulher e garantias de seus direitos, mediante capacitação interna e externa, campanhas institucionais e de educação em direitos, especialmente em relação à violência obstétrica.
- (7) Fortalecer o Projeto Defensoria Itinerante para atendimento da população situada em locais de extrema vulnerabilidade social e em municípios que ainda não possuem unidade da Defensoria pública instalada, com a garantia de atendimento por equipe própria e especializada, bem como a ampliação da periodicidade das ações e das localidades atendidas, contemplando o maior número de cidades e regiões do estado de Goiás.
- (8) Melhorar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência e em situação de abandono ou negligência familiar, criar o Núcleo Especializado em Infância e Juventude, ampliar as ações de educação em direitos para este público e fortalecer as ações do projeto Defensoria nas Escolas.
- (9) Investir em campanhas institucionais, ações de educação em direitos e formação de defensoras e defensores populares na área de direitos humanos, enfrentamento à violência e direitos de grupos sociais vulnerabilizados.
- (10) Atuar de forma mais eficiente no sistema carcerário para garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade, mediante a ampliação dos atendimentos, visitas e inspeções nos presídios do Estado de Goiás e criação do Núcleo Especializado em Situação Carcerária com abrangência estadual.
- (11) Fortalecer a política institucional de igualdade racial e ações para enfrentamento ao racismo, bem como ampliar a política de cotas, com o objetivo de promover a inclusão e a representatividade da população negra, indígena e quilombola nos quadros da instituição, garantindo o acesso e a igualdade de oportunidades.
- (12) Fortalecer o projeto Defensoria na Rua e ampliar o atendimento e escuta ativa das pessoas em situação de rua, mediante ações descentralizadas e itinerantes em ruas, praças, centros de acolhimento e equipamentos públicos que atendem essa parcela da população, aproximando-os da Defensoria Pública.
- (13) Facilitar o atendimento e acesso de pessoas que residem em zonas rurais, comunidades rurais e assentamentos aos serviços da Defensoria Pública, mediante ações itinerantes e ferramentas de atendimento virtual.
- (14) Fortalecer e ampliar as equipes do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) para possibilitar às assistidas e aos assistidos atendimentos por psicólogos e assistentes sociais em todas as unidades da Defensoria Pública.
- (15) Melhorar o atendimento e acesso da Defensoria às pessoas que vivem em ocupações rurais e urbanas e criar o Núcleo Especializado em Moradia e Conflitos Fundiários.
- (16) Fortalecer e melhorar a estrutura do NUDH, tendo em vista amplitude de suas atribuições, para uma atuação mais efetiva na defesa dos direitos humanos da população LGBTQIPNA+, dos povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, migrantes e catadores de recicláveis.



(17) Atuar de forma mais eficiente para o acolhimento e atendimento de vítimas (e familiares) de violência institucional, bem como para sua prevenção e responsabilização, através do fortalecimento dos Núcleos Especializados.

As 17 (dezesete) propostas consolidadas compuseram o formulário de votação da etapa das audiências públicas, oportunidade em que a sociedade civil pôde discutir e votar naquelas que entender mais relevantes.

### 3. CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

<b>ATIVIDADE</b>
Audiências Públicas do 1º Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás.
<b>REALIZAÇÃO</b>
Defensoria Pública do Estado de Goiás.
<b>OBJETIVO</b>
Possibilitar a participação da sociedade no planejamento e processo de alocação de recursos, garantindo que as prioridades institucionais reflitam as reais necessidades da população, além de ampliar a transparência e o controle social sobre os recursos públicos.
<b>PERÍODO</b>
Audiências Públicas: 17/07/2023 a 01/08/2023
<b>ALCANCE</b>
Número de Audiências Públicas: 06 Número de Participantes nas Audiências Públicas: 311 Número de Formulários de Votação preenchidos: 265

Na segunda etapa do ciclo de Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás foram realizadas 6 (seis) audiências públicas, com a participação efetiva da sociedade civil organizada, defensoras(es) públicas(os), servidoras(es) e colaboradoras(es) da instituição.

As audiências públicas, locais e regionais, foram realizadas entre os dias 17/07/2023 e 01/08/2023, nas cidades de Inhumas, Goiânia, Anápolis, Valparaíso de Goiás e Trindade, conforme calendário a seguir:



## CALENDÁRIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ABRANGÊNCIA	DATA HORÁRIO	LOCAL	Nº DE PARTICIPANTES
Audiência Pública de Inhumas	17/07/2023 14:30	FACMAIS. Avenida Monte Alegre, n. 100, Bairro Monte Alegre, Inhumas-GO.	42
Audiência Pública Regional de Goiânia e Aparecida de Goiânia	18/07/2023 14:30	Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás-UFG. Praça Universitária – Setor Leste Universitário, Goiânia-GO.	60
Audiência Pública de Anápolis	20/07/2023 14:30	Câmara Municipal de Anápolis. Avenida Jamel Cecílio, R. L. 14, Qd. 50, Bairro Jundiá, Anápolis-GO.	71
Audiência Pública Regional do Entorno do Distrito Federal	28/07/2023 14:30	Câmara Municipal de Valparaíso. Rua B, Parque Rio Branco, Valparaíso de Goiás-GO.	59
Audiência Pública Regional de Trindade	31/07/2023 14:30	Câmara Municipal de Trindade. Rua 08, área E-2, s/n, Setor Jardim Primavera, Trindade-GO.	55
Audiência Pública para oitiva de Defensoras e Defensores Públicos	1/08/2023 09:00	Auditório Shopping Lozandes. Av. Olinda, 960, Park Lozandes, Goiânia-GO.	24

Os encontros foram presididos pelo Defensor Público-Geral e, em sua ausência, pela Subdefensora Pública-Geral para Assuntos Administrativos e contaram com a participação dos demais integrantes da Comissão de Orçamento Participativo, Defensoras e Defensores Públicos locais, Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos-AGDP e Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

A metodologia, definida pela Comissão de Orçamento Participativo, consistiu em breves cumprimentos da mesa diretiva na abertura da audiência pública, seguida de uma apresentação institucional da Defensoria Pública e das etapas do ciclo de Orçamento Participativo, destacando a importância e pertinência da participação popular no planejamento e processo de alocação de recursos, para garantir que as prioridades institucionais possam alcançar as reais necessidades da população.



A apresentação institucional, a partir de slides, contou com as seguintes temáticas: 1. O que é a Defensoria Pública?; 2. Quem tem acesso à Defensoria?; 3. Quais são as áreas de atuação da Defensoria?; 4. Porque estamos aqui? O que é o Orçamento Público da Defensoria? 5. Objetivos das Audiências; 6. Etapas do Orçamento Participativo; 7. Orçamento comparativo entre a DPE-GO, TJ-GO e MP-GO; 8. Comparativo de membros entre a DPE-GO, TJ-GO e MP-GO; 9. Locais onde a DPE-GO esta instalada; 10. Como posso participar hoje?.

Em seguida foi realizada a leitura e breve explicação das 17 (dezesete) propostas constantes do formulário de votação, construído a partir das demandas apresentadas pela sociedade civil no ciclo de Consulta Pública, conforme já explanado.

Os participantes inscritos puderam fazer o uso da fala por até 3 (três) minutos cada, oportunidade em que puderam defender as propostas do formulário, solicitar sua alteração ou complementação, bem como apresentar novas propostas.

Ao final, os participantes foram orientados a preencher o formulário de votação e indicar até 5 (cinco) propostas que entendessem como mais relevantes para a prioridade de ações e investimentos da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Encerradas as audiências públicas, os formulários de votação foram contabilizados e os resultados compilados neste documento.

### **3.1 AUDIÊNCIA PÚBLICA DE INHUMAS**

Data: 17/07/2023, às 14h30.

Local: FACMAIS. Avenida Monte Alegre, n. 100, Bairro Monte Alegre, Inhumas-GO.

A 1ª Audiência Pública do Orçamento Participativo foi realizada na cidade de Inhumas e contou com a participação de 42 pessoas e contabilizados o preenchimento de 38 formulários de votação.

Destacou-se a significativa participação de representantes de Instituições de Longa Permanência para Idosos do Município que sugeriram, para além das propostas do formulário, uma atuação mais efetiva e articulada da Defensoria Pública junto às instituições voltadas ao atendimento da pessoa idosa, bem como a criação de um Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na Comunidade e Institucionalizada.



Ademais, foi sugerida a criação de um posto avançado de atendimento da Defensoria Pública no município de Damolândia, distrito judiciário da comarca de Inhumas, também atendido pela Defensoria Pública, além da contratação de outras especialidades para o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) para auxílio em perícias, a exemplo de profissionais de engenharia.

## **RESULTADO DO FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO (05 Propostas mais relevantes):**

<b>Proposta:</b>	<b>Incidência:</b>
(1) Expandir os serviços da Defensoria Pública mediante a ampliação do número de Defensoras e Defensores Públicos, bem como a instalação de unidades da Defensoria Pública em todas as cidades do estado de Goiás hoje não atendidas.	31 votos
(8) Melhorar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência e em situação de abandono ou negligência familiar, criar o Núcleo Especializado em Infância e Juventude, ampliar as ações de educação em direitos para este público e fortalecer as ações do projeto Defensoria nas Escolas.	25 votos
(5) Ampliar o quadro de servidoras e servidores da Defensoria Pública e implantar uma política de valorização institucional e fomento a um ambiente organizacional de trabalho saudável.	23 votos
(6) Fortalecer a estrutura do NUDEM para ações de prevenção e enfrentamento à violência contra mulher e garantias de seus direitos, mediante capacitação interna e externa, campanhas institucionais e de educação em direitos, especialmente em relação à violência obstétrica.	22 votos
(14) Fortalecer e ampliar as equipes do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) para possibilitar às assistidas e aos assistidos atendimentos por psicólogos e assistentes sociais em todas as unidades da Defensoria Pública.	20 votos

## **OUTRAS PROPOSTAS APRESENTADAS:**

Dentro dos itens 7,12,15; observar e detectar situações de maus tratos aos animais domésticos, apoiar, orientar a população que seja para denunciar ou para evitar maus tratos e abandono incluir nas campanhas de divulgação. Dentro do item 4, o dever de cuidar dos animais domésticos, o que é maus tratos, e quais as situações se encaixam e a importância da castigação como forma de educação referente a abandono.
Buscar parcerias para as pessoas de que precisam sair do aluguel para ter suas casas próprias.
Buscar terrenos para que as pessoas de baixa renda consigam sair do aluguel.
Melhorar o apoio a ILPI, aos profissionais do CAM, conseguir um posto em Damolândia, acesso à água, e apoio a população sem teto.



Melhorar o atendimento às pessoas idosas e criar o Núcleo Especializado em Pessoa Idosas, ampliar as ações junto às ILPI (abrigos), Centros de Convivência e Associação de idosos.
Melhorar o atendimento às pessoas idosas, vítimas de violência em situação de violação dos direitos humano e criar o Núcleo Especializado em pessoas idosas, amplias as ações de educação em direitos para este grupo etário e fortalecer as ações junto às ILPI, Centros de Convivência e Associação de idosos.
Proponho que seja criado o Núcleo Especializado na Defesa da Pessoa Idosa da Comunidade Institucionalizada (ILPI) "Goiás", para fortalecer e melhorar a estrutura no atendimento e acolhimento a pessoa idosa e seus familiares entendendo que as ILPI acolhem, idosos, portadores de necessidades especiais, negros, idosos da zona rural e outros.
Criação de local de acolhida aos moradores de rua.
A ampliação do CAM para a inclusão de novas áreas em especial avaliação técnica em saúde, diante da necessidade de laudos para ações voltadas à saúde.
Seria interessante um olhar mais atencioso, com ações e Núcleo Especializado voltado às pessoas com transtornos mentais, pois este público sofre violência do Estado (com falta de medicação), familiar e institucional, além do preconceito da sociedade em relação ao transtorno mentais e adoecimentos da mente.
Um médico que avalie exames e medicamentos que assistidos necessitam, semelhante aos CTS do Ministério Público.
Criar um grupo de fiscalização, de 6 em 6 meses verificar os gastos públicos da prefeitura.
Criação de estruturas de ouvidoria da população, conselho de representação popular e busca ativa.
Ações culturais voltadas às minorias (teatro, música etc). Melhorar o acesso aos moradores de Damolândia. Apoio da Defensoria a pessoas idosas.
Seria ótimo que fizessem uma lei, para que todas as cidades do interior, tivessem alojamento para as pessoas de rua. Maior atuação junto a cadeia pública local.

### **3.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DE GOIÂNIA E APARECIDA DE GOIÂNIA**

Data: 18/07/2023, às 14h30.

Local: Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás - UFG. Praça Universitária - Setor Leste Universitário – Goiânia.

A 2ª Audiência Pública do Orçamento Participativo foi realizada na cidade de Goiânia e abrangeu a sociedade civil e movimentos sociais das cidades de Goiânia e



Aparecida de Goiânia, com a presença de 60 pessoas e contabilizados o preenchimento de 49 formulários de votação.

Dentre as propostas discutidas no momento aberto de fala destacaram-se a criação de um Núcleo Especializado de Igualdade Racial, criação de um Núcleo Especializado em Moradia e Conflitos Fundiários, bem como uma atuação mais efetiva da Defensoria Pública no enfrentamento à Violência Institucional (policial) e no atendimento e defesa de direitos de migrantes e refugiados.

## **RESULTADO DO FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO (05 Propostas mais relevantes):**

<b>Proposta:</b>	<b>Incidência:</b>
(1) Expandir os serviços da Defensoria Pública mediante a ampliação do número de Defensoras e Defensores Públicos, bem como a instalação de unidades da Defensoria Pública em todas as cidades do estado de Goiás hoje não atendidas.	35 votos
(10) Atuar de forma mais eficiente no sistema carcerário para garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade, mediante a ampliação dos atendimentos, visitas e inspeções nos presídios do Estado de Goiás e criação do Núcleo Especializado em Situação Carcerária com abrangência estadual.	29 votos
(11) Fortalecer a política institucional de igualdade racial e ações para enfrentamento ao racismo, bem como ampliar a política de cotas, com o objetivo de promover a inclusão e a representatividade da população negra, indígena e quilombola nos quadros da instituição, garantindo o acesso e a igualdade de oportunidades.	26 votos
(8) Melhorar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência e em situação de abandono ou negligência familiar, criar o Núcleo Especializado em Infância e Juventude, ampliar as ações de educação em direitos para este público e fortalecer as ações do projeto Defensoria nas Escolas.	26 votos
(7) Fortalecer o Projeto Defensoria Itinerante para atendimento da população situada em locais de extrema vulnerabilidade social e em municípios que ainda não possuem unidade da Defensoria pública instalada, com a garantia de atendimento por equipe própria e especializada, bem como a ampliação da periodicidade das ações e das localidades atendidas, contemplando o maior número de cidades e regiões do estado de Goiás.	25 votos
(17) Atuar de forma mais eficiente para o acolhimento e atendimento de vítimas (e familiares) de violência institucional, bem como para sua prevenção e responsabilização, através do fortalecimento dos Núcleos Especializados.	25 votos

## **OUTRAS PROPOSTAS APRESENTADAS:**



A inclusão de deficientes auditivos no grupo de interpretes de libras para ajudar na inclusão dos assistidos.

Cuidar dos idosos vítimas dos empréstimos consignados que os colocam em pobreza social e financeiras.

Olhar com carinho para as cooperativas dos trabalhadores de materiais recicláveis. É uma classe que deveria ser legalizada e ter seus trabalhadores com registros em carteira

Fortalecer a estrutura para os Refugiados e apátridas.

Atuar de forma mais eficiente para acolhimentos de violência institucional, através dos fortalecimentos de organizações sociais e gestoras de hospitais

A Lei da Migração aprovada em 2017 prevê direitos iguais, brasileiros e migrantes. Os migrantes têm direitos, previstos na lei, acesso a todos os serviços públicos, acesso à saúde, a educação etc... A minha proposta, solicita a atuação da Defensoria Pública, no combate ao desrespeito, a exploração, a xenofobia.

Atuar na proteção dos trabalhadores vítimas da precarização da relação de trabalho enquanto vigência do emprego ou no acerto rescisório.

Criar Núcleo Especializado de Igualdade Racial.

A proposta n. 16 pode ser melhorada por meio da criação de um Núcleo Especializado (ou alguns núcleos) que atendam minorias sociais de acordo com suas pautas específicas. Ex. um Núcleo de Igualdade Racial seria um salto qualitativo na proposta n.11 ao tempo em que deixaria o NUDH com menos atribuições.

Criar um Núcleo Especializado de Moradia.

Recorte da ação itinerante da Defensoria dentro das instituições de acolhimento de adolescente.

Incluir a temática do direito à convivência para adolescentes abrigados.

Defesa do território das comunidades rurais de pequenos proprietários de terra (agricultura familiar - Lei 11.236/2006) acampamentos e assentamentos da reforma agrária, quilombolas, pequenos proprietários de terra, etc. Atacados pelo agronegócio latifundiário e por grandes empresas do setor de energia e da mineração

Realizar parcerias em ONGS, Coletivos, Grupos, Conselhos, Escolas, etc. realizando treinamentos e disponibilizando acesso para a inclusão das demandas. Entidade organizada inclusive igrejas; Expansão Lei n. 4.737/2018; Fundo em defesa dos vulneráveis.

Indenização às famílias vítimas da violência policial (violência do Estado) para que elas continuem, a cuidar dos seus outros filhos e demais familiares.

Incluir na proposta n.9 a formação de Defensores e Defensoras para toda a categoria de trabalhadores e trabalhadoras regidas pela CLT no sentido de impedir a mão de obra precária de migrantes e imigrantes.

Núcleos a moradias nas ocupações na cidade no campo no Estado e no Brasil para pessoas em situação de rua e direito à moradia.

Criar Núcleos de Moradias voltados para as famílias vulneráveis e criar ajudar as famílias a se



desenvolverem.

Proposta 12; a saúde mental pede socorro pois estamos abandonados pelos gestores, os usuários de álcool e outras drogas têm direito a moradia. A proposta é conseguir moradia aos usuários que estão em tratamento.

### 3.3 AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ANÁPOLIS

Data: 20/07/2023, às 14h30.

Local: Câmara Municipal de Anápolis - Avenida Jamel Cecílio, R. L. 14, Qd. 50 – Jundiá – Anápolis.

A 3ª Audiência Pública do Orçamento Participativo foi realizada na cidade de Anápolis com a presença de 71 pessoas e contabilizados o preenchimento de 63 formulários de votação.

Destacou-se a presença das comunidades de religiões de matriz africana e dos povos de terreiro que pleitearam a intervenção institucional e jurídica da Defensoria Pública do Estado nas suas demandas e na proteção dos seus direitos.

Outros temas de grande repercussão nos debates foram a promoção do direito à saúde, e principalmente as demandas referentes à saúde mental dos usuários do sistema público de saúde e, da mesma forma, os pleitos relativos à educação para a população vulnerável na comunidade, notadamente a obtenção de vagas em creche e CMEI e professores de apoio.

### RESULTADO DO FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO (05 Propostas mais relevantes):

Propostas:	Incidência:
(1) Expandir os serviços da Defensoria Pública mediante a ampliação do número de Defensoras e Defensores Públicos, bem como a instalação de unidades da Defensoria Pública em todas as cidades do estado de Goiás hoje não atendidas.	49 votos
(8) Melhorar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência e em situação de abandono ou negligência familiar, criar o Núcleo Especializado em Infância e Juventude, ampliar as ações de educação em direitos para este público e fortalecer as ações do projeto Defensoria nas Escolas.	38 votos
(6) Fortalecer a estrutura do NUDEM para ações de prevenção e enfrentamento à violência contra mulher e garantias de seus direitos, mediante capacitação interna e externa, campanhas institucionais e de educação em direitos, especialmente em relação à violência obstétrica.	35 votos



(7) Fortalecer o Projeto Defensoria Itinerante para atendimento da população situada em locais de extrema vulnerabilidade social e em municípios que ainda não possuem unidade da Defensoria pública instalada, com a garantia de atendimento por equipe própria e especializada, bem como a ampliação da periodicidade das ações e das localidades atendidas, contemplando o maior número de cidades e regiões do estado de Goiás.

(14) Fortalecer e ampliar as equipes do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) para possibilitar às assistidas e aos assistidos atendimentos por psicólogos e assistentes sociais em todas as unidades da Defensoria Pública. 33 votos

## **OUTRAS PROPOSTAS APRESENTADAS:**

Criar casas de acolhimento dos usuários de serviço de saúde mental e transtornos de neuro desenvolvimento.

Ter em Anápolis um Defensor Público, nos moldes do SUS, garantindo o acesso aos atendimentos com igualdade e equidade, priorizando o acesso de urgência e emergência, (ex. cirurgias cardíacas, diabéticas), enfim em risco eminente de morte. Assegurar a presença das Doulas solidárias no parto de baixo, médio e alto risco para a parturiente e seu bebê, e ter seus direitos garantidos.

Gostaria de propor um olhar ao preconceito com a propagação da cultura popular brasileira em instituições públicas, tais como: capoeira, gongo, samba de roda, dentro outras. O preconceito advém em conjunto ao desconhecimento das religiões afro-brasileiras pois, tais manifestações nascem nos terreiros e como os povos negros.

Garantir a inclusão dos imigrantes nas escolas (intérpretes), para garantir a matrícula. Garantir atendimentos médico para estudantes que temos nas escolas neuro/psiquiatrias (consultas de alto custo), para ajudar a desvendar casos de alunos (as) com necessidades especiais e específicos.

Criar um grupo de orientação aos Conselhos de acompanhamento e controle social.

Acompanhamento da Defensoria na gestão do orçamento público, controle social para melhorar aplicação dos recursos públicos na educação, como a construção de escola e CMEIS; acompanhar e cobrar a falta de profissionais como auxiliar de educação e cuidadores. Não temos professores de apoio, temos auxiliares e cuidadores que estão nas salas de aula como professores. A resolução 05 do Conselho Municipal de Educação normatiza isso.

Criação de um núcleo de apoio, defesa e acompanhamento aos usuários do SUS em suas necessidades enquanto o usuário, visto a grande falta de médicos profissionais e especialidades.

A proposta 1 poderia ser pensado em polos regionais, o mapa apresentado mostra concentração no centro.

Faltou uma proposta na área ambiental. Sugestão: Ampliação de ações e divulgação da legitimidade da Defensoria Pública na tutela e efetivação do direito ao meio ambiente sustentado, em especial a questões referentes a água.

Inserir a cultura Hip Hop como interlocutor em espaços onde a marginalidade "comanda"; usar os elementos do HIP HOP como inclusão e capacitação de novos artistas e atletas.



### **3.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL**

Data: 28/07/2023

Local: Câmara Municipal de Valparaíso - Rua B, Parque Rio Branco - Valparaíso de Goiás.

A 4ª Audiência Pública do Orçamento Participativo foi realizada na cidade de Valparaíso de Goiás e abrangeu a sociedade civil e movimentos sociais das cidades do Entorno do Distrito Federal, com a presença de 59 pessoas e contabilizados o preenchimento de 44 formulários de votação.

Destacou-se a presença de representantes e movimentos sociais das cidades de Luziânia, Novo Gama, Formosa e Planaltina de Goiás.

Importante ressaltar que dentre os pleitos mais solicitados pela comunidade presente está a criação de novas unidades da Defensoria Pública do Estado de Goiás nos municípios da região do entorno do Distrito Federal, a exemplo das cidades de Formosa e de Planaltina de Goiás, considerando o número expressivo de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Por fim, durante os debates, destacou-se o pleito de atendimento das demandas que envolvem os egressos do sistema prisional e, também, atenção à violação dos direitos constitucionalmente garantidos à comunidade LGBTQIA+ e seu atendimento nas demandas de retificação de prenome e gênero.

### **RESULTADO DO FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO (05 Propostas mais relevantes):**

<b>Proposta:</b>	<b>Incidência:</b>
(1) Expandir os serviços da Defensoria Pública mediante a ampliação do número de Defensoras e Defensores Públicos, bem como a instalação de unidades da Defensoria Pública em todas as cidades do estado de Goiás hoje não atendidas.	35 votos
(8) Melhorar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência e em situação de abandono ou negligência familiar, criar o Núcleo Especializado em Infância e Juventude, ampliar as ações de educação em direitos para este público e fortalecer as ações do projeto Defensoria nas Escolas.	32 votos
(7) Fortalecer o Projeto Defensoria Itinerante para atendimento da população situada em locais de extrema vulnerabilidade social e em municípios que ainda não possuem	25 votos



<p>unidade da Defensoria pública instalada, com a garantia de atendimento por equipe própria e especializada, bem como a ampliação da periodicidade das ações e das localidades atendidas, contemplando o maior número de cidades e regiões do estado de Goiás.</p>	
<p>(4) Melhorar a divulgação dos serviços prestados pela Defensoria Pública, ações itinerantes, áreas de atuação, critérios, horários e locais de atendimento, mediante ações educativas e campanhas institucionais em veículos de comunicação e linguagem acessíveis às assistidas e aos assistidos da Defensoria.</p>	25 votos
<p>(6) Fortalecer a estrutura do NUDEM para ações de prevenção e enfrentamento à violência contra mulher e garantias de seus direitos, mediante capacitação interna e externa, campanhas institucionais e de educação em direitos, especialmente em relação à violência obstétrica.</p>	21 votos

### OUTRAS PROPOSTAS APRESENTADAS:

<p>Implementação do Núcleo Especializado da Saúde e Núcleo Especializado do Consumidor. Consulta realizada pela Central de Atendimento por uma atendente mulher para demandas relacionadas a violência doméstica.</p>
<p>Acredito que nas cidades da região metropolitana do DF seria viável criarem pequenos núcleos de atendimento. Assim, mesmo que não ficassem defensores lotados seria possível ao cidadão obter informações sobre como ser assistido pela DPE-GO. Nesses núcleos poderiam ser feitos pedidos de assistência em que se recolheriam os documentos necessários e posteriormente os enviariam para os defensores da cidade mais próxima. Dessa forma, com o maior alcance possibilitado pelos canais eletrônicos a DPE-GO poderia aumentar seu alcance mesmo com os recursos escassos que ela possui.</p>
<p>Instalar uma Unidade da Defensoria Pública em Formosa - GO, haja vista hoje ser um município com mais de 110.000 (cento e dez mil habitantes) sendo a porta de entrada do Nordeste Goiano.</p>
<p>Idosos, vagas em creche, dependentes químicos, egressos do sistema prisional, vagas em UTI. Remédios de alto custo e exames. etc</p>
<p>Apoiar e dar assistência as instituições que ajudam a comunidade através de ações sociais. Trabalhamos sem apoio para esses projetos que resgatam a dignidade das pessoas na comunidade.</p>
<p>Fortalecimento, parceria e escuta de viciados, conselhos municipais, fortalecer a aplicar sistema nacional de promoção de direitos e defesa LGBT. Formação de agentes da Defensoria Pública sensibilizando-os as necessidades e tratamento da comunidade LGBT; fortalecimento das redes de proteção; realização de campanhas de promoção de defesa de população LGBT; criação do Núcleo e Igualdade LGB;, realização de mutirões de retificações de nomes de eventos de educação em direitos.</p>
<p>Atuação da DPE periodicamente em vistorias de unidade prisionais conforme garantido na Lei de Execução Penal.</p>
<p>Atenção e cuidado aos presos, egressos e familiares. Criação de uma unidade e reinserção social.</p>
<p>Criação do Núcleo Especializado do Direito da Pessoa Idosa.</p>



Melhorar o acesso e a divulgação do trabalho realizado pela Defensoria Pública.

Criação de Núcleo Especializado para atendimento a classe artística, artesãos e população LGBTQIN+.

### 3.5 AUDIÊNCIA PÚBLICA DE TRINDADE

Data: 31/07/2023

Local: Câmara Municipal de Trindade - Rua 08, área E-2, s/n - Jardim Primavera – Trindade.

A 5ª Audiência Pública do Orçamento Participativo foi realizada na cidade de Trindade e contou com a presença de 55 pessoas e contabilizados o preenchimento de 50 formulários de votação.

A audiência pública realizada contou com uma grande diversidade de pessoas e movimentos sociais de defesa da população em situação de vulnerabilidade social que solicitaram, dentre os pleitos mais relevantes, a realização de mais ações da Defensoria Itinerante e de mutirões para que a Defensoria Pública possa alcançar as pessoas residentes nos bairros mais periféricos do município, notadamente os setores Solar São Francisco, São Bernardo e Palmares.

### RESULTADO DO FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO (05 Propostas mais relevantes):

Proposta:	Incidência:
(8) Melhorar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência e em situação de abandono ou negligência familiar, criar o Núcleo Especializado em Infância e Juventude, ampliar as ações de educação em direitos para este público e fortalecer as ações do projeto Defensoria nas Escolas.	35 votos
(6) Fortalecer a estrutura do NUDEM para ações de prevenção e enfrentamento à violência contra mulher e garantias de seus direitos, mediante capacitação interna e externa, campanhas institucionais e de educação em direitos, especialmente em relação à violência obstétrica.	29 votos
(3) Investir na melhoria da estrutura das unidades da Defensoria Pública para a efetiva acessibilidade à pessoa com deficiência e pessoa idosa, mediante adequações físicas, aprimoramento da comunicação visual e sinalizações, atendimento por profissionais capacitados e priorização do atendimento.	28 votos
(1) Expandir os serviços da Defensoria Pública mediante a ampliação do número de	23 votos



Defensoras e Defensores Públicos, bem como a instalação de unidades da Defensoria Pública em todas as cidades do estado de Goiás hoje não atendidas.	
(7) Fortalecer o Projeto Defensoria Itinerante para atendimento da população situada em locais de extrema vulnerabilidade social e em municípios que ainda não possuem unidade da Defensoria pública instalada, com a garantia de atendimento por equipe própria e especializada, bem como a ampliação da periodicidade das ações e das localidades atendidas, contemplando o maior número de cidades e regiões do estado de Goiás.	21 votos

### **OUTRAS PROPOSTAS APRESENTADAS:**

Incluir a comunidade cigana nos grupos de vulneráveis e apoiar políticas de apoio ao migrante.
Incluir pessoas com deficiência no quadro de colaboradores da Defensoria Pública.
Criar uma sede da DPE em Trindade em prédio próprio.
Criar um núcleo de orientação de meninas e adolescentes, informando os riscos de uma gravidez ou doenças como DSTs, (muitas grávidas de 13, 14 anos em Trindade).
Criar um programa especializado pós-pandemia, pois muitas crianças estão com fobias e transtornos que refletem nas escolas, como coordenadora vejo essa situação.
Importante uma atenção voltada aos pacientes renais crônicos em tratamento, visto que são pessoas muito debilitadas, vivem de um salário-mínimo, ou as vezes, nem conseguiram seu benefício não tem moradia; paciente cegos, pernas amputadas, enfim uma atenção especializada aos pacientes.
Sempre está em comunicação e vista as demais populações e instituições, pessoalmente em todos e a todas. Principalmente em casas de religião de matrizes africanas. (Ya Bia de Logu - Edê)
O Item da proposta 8, criação deste Núcleo Especializado em Infância e Juventude com certeza irá trazer uma parceria em forma de Rede de atendimento as famílias acompanhadas pelos Conselhos Tutelares, CREAS, CRAS, unidades escolares, enfim atender famílias doentes emocionalmente, psicologicamente e em situação vulnerável deste município.
Proposta 8 melhorar o atendimento psicológico para crianças e adolescentes vítimas de violência física, psicológica, sexual e no ambiente familiar.
Município tem muita dificuldade em atender nossos adolescentes em estado de vulnerabilidade. Poucos especialistas, no qual é muito importante nos dias atuais.
Importante parceria com as entidades que desenvolvem projetos em prol da comunidade vulnerável. Realizar ações nos bairros em parceria com órgãos públicos.

### **3.6 AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA OITIVA DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS**



Data: 01/08/2023

Local: Auditório Shopping Lozandes – Avenida Olinda, 960 – Park Lozandes, Goiânia.

A 6ª e última Audiência Pública do Orçamento Participativo foi destinada a um momento de escuta e diálogo com as Defensoras e Defensores Públicas, realizada na cidade de Goiânia e contou com a presença de 24 pessoas e contabilizados o preenchimento de 21 formulários de votação.

O momento ímpar da realização da audiência pública para oitiva das membras e dos membros da Defensoria Pública do Estado contou com reivindicações de grande importância considerando, principalmente, estarem à frente dos atendimentos realizados para toda a comunidade em situação de vulnerabilidade.

Foram levantados pleitos e considerações que trataram de temas como: a urgente e necessária expansão da Defensoria Pública para alcançar todas as regiões do Estado de Goiás, conforme previsto no art. 98, do ADCT da Constituição da República Federal de 1988; o imediato investimento em ferramentas tecnológicas para facilitar, agilizar e melhorar os trabalhos realizados para atender a atividade-fim institucional; a ampliação do quadro de servidores e membros, bem como a valorização da categoria e melhores condições de trabalho; a criação de Núcleos Especializados para atender demandas específicas de determinados grupos sociais (Saúde, Consumidor etc); e, por fim, a concretização da equiparação da Defensoria Pública entre os poderes que compõem o sistema de justiça constitucionalmente estabelecidos.

## **RESULTADO DO FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO (05 Propostas mais relevantes):**

<b>Proposta:</b>	<b>Incidência:</b>
(1) Expandir os serviços da Defensoria Pública mediante a ampliação do número de Defensoras e Defensores Públicos, bem como a instalação de unidades da Defensoria Pública em todas as cidades do estado de Goiás hoje não atendidas.	19 votos
(5) Ampliar o quadro de servidoras e servidores da Defensoria Pública e implantar uma política de valorização institucional e fomento a um ambiente organizacional de trabalho saudável.	17 votos
(2) Investir em ferramentas tecnológicas para melhorar o atendimento e acesso do usuário ao serviço, a exemplo da implantação uma Central de Atendimento à assistida e ao assistido de forma remota, aprimorando o agendamento de atendimentos e as devolutivas aos usuários através de meios facilitados de acesso à informação.	13 votos



(10) Atuar de forma mais eficiente no sistema carcerário para garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade, mediante a ampliação dos atendimentos, visitas e inspeções nos presídios do Estado de Goiás e criação do Núcleo Especializado em Situação Carcerária com abrangência estadual.	
(4) Melhorar a divulgação dos serviços prestados pela Defensoria Pública, ações itinerantes, áreas de atuação, critérios, horários e locais de atendimento, mediante ações educativas e campanhas institucionais em veículos de comunicação e linguagem acessíveis às assistidas e aos assistidos da Defensoria.	8 votos

### OUTRAS PROPOSTAS APRESENTADAS:

Criação e fortalecimento de diversos núcleos especializados temáticos, a fim de possibilitar a ampliação de tutela coletiva.
Criação do Departamento Especializado de Saúde em Aparecida de Goiânia.
Fortalecer e ampliar o quadro de servidores/estagiários para evitar evasão para outros órgãos.
Melhorar a estrutura das unidades da Defensoria, mediante alocação de divisórias para permitir atividades simultâneas e atendimento reservado.
Necessidade de uma meta concreta de regiões e cidades de expansão. Prioridade para regiões que ainda não tem nenhuma defensoria próxima, por exemplo, e com grupos vulneráveis. Ex: Regiões de Catalão, Rio Verde, Itumbiara.
Prioridade nas propostas da AGDP relativamente às Defensoras e Defensores Públicos.
Fortalecimento da Defensoria Pública por meio da valorização dos membros, buscando a simetria com as demais carreiras do sistema de Justiça.

### 4. RESULTADO GLOBAL COM AS PROPOSTAS APONTADAS COMO MAIS RELEVANTES:

Posição	Proposta:	Incidência:
1ª	(1) Expandir os serviços da Defensoria Pública mediante a ampliação do número de Defensoras e Defensores Públicos, bem como a instalação de unidades da Defensoria Pública em todas as cidades do estado de Goiás hoje não atendidas.	192 votos
2ª	(8) Melhorar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência e em situação de abandono ou negligência familiar, criar o Núcleo Especializado em Infância e Juventude, ampliar as ações de educação em direitos para este público e fortalecer as ações do projeto Defensoria nas Escolas.	157 votos



<b>3<sup>a</sup></b>	(6) Fortalecer a estrutura do NUDEM para ações de prevenção e enfrentamento à violência contra mulher e garantias de seus direitos, mediante capacitação interna e externa, campanhas institucionais e de educação em direitos, especialmente em relação à violência obstétrica.	129 votos
<b>4<sup>a</sup></b>	(7) Fortalecer o Projeto Defensoria Itinerante para atendimento da população situada em locais de extrema vulnerabilidade social e em municípios que ainda não possuem unidade da Defensoria pública instalada, com a garantia de atendimento por equipe própria e especializada, bem como a ampliação da periodicidade das ações e das localidades atendidas, contemplando o maior número de cidades e regiões do estado de Goiás.	124 votos
<b>5<sup>a</sup></b>	(5) Ampliar o quadro de servidoras e servidores da Defensoria Pública e implantar uma política de valorização institucional e fomento a um ambiente organizacional de trabalho saudável.	110 votos
<b>6<sup>a</sup></b>	(3) Investir na melhoria da estrutura das unidades da Defensoria Pública para a efetiva acessibilidade à pessoa com deficiência e pessoa idosa, mediante adequações físicas, aprimoramento da comunicação visual e sinalizações, atendimento por profissionais capacitados e priorização do atendimento.	108 votos
<b>7<sup>a</sup></b>	(11) Fortalecer a política institucional de igualdade racial e ações para enfrentamento ao racismo, bem como ampliar a política de cotas, com o objetivo de promover a inclusão e a representatividade da população negra, indígena e quilombola nos quadros da instituição, garantindo o acesso e a igualdade de oportunidades.	108 votos
<b>8<sup>a</sup></b>	(14) Fortalecer e ampliar as equipes do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) para possibilitar às assistidas e aos assistidos atendimentos por psicólogos e assistentes sociais em todas as unidades da Defensoria Pública.	107 votos
<b>9<sup>a</sup></b>	(2) Investir em ferramentas tecnológicas para melhorar o atendimento e acesso do usuário ao serviço, a exemplo da implantação uma Central de Atendimento à assistida e ao assistido de forma remota, aprimorando o agendamento de atendimentos e as devolutivas aos usuários através de meios facilitados de acesso à informação.	107 votos
<b>10<sup>a</sup></b>	(3) Investir na melhoria da estrutura das unidades da Defensoria Pública para a efetiva acessibilidade à pessoa com deficiência e pessoa idosa, mediante adequações físicas, aprimoramento da comunicação visual e sinalizações, atendimento por profissionais capacitados e priorização do atendimento.	106 votos
<b>11<sup>a</sup></b>	(4) Melhorar a divulgação dos serviços prestados pela Defensoria Pública, ações itinerantes, áreas de atuação, critérios, horários e locais de atendimento, mediante ações educativas e campanhas institucionais em veículos de comunicação e linguagem acessíveis às assistidas e aos assistidos da Defensoria.	98 votos
<b>12<sup>a</sup></b>	(10) Atuar de forma mais eficiente no sistema carcerário para garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade, mediante a ampliação dos atendimentos, visitas e inspeções nos presídios do Estado de Goiás e criação do Núcleo Especializado em Situação Carcerária com abrangência estadual.	97 votos



<b>13ª</b>	(17) Atuar de forma mais eficiente para o acolhimento e atendimento de vítimas (e familiares) de violência institucional, bem como para sua prevenção e responsabilização, através do fortalecimento dos Núcleos Especializados.	94 votos
<b>14ª</b>	(16) Fortalecer e melhorar a estrutura do NUDH, tendo em vista amplitude de suas atribuições, para uma atuação mais efetiva na defesa dos direitos humanos da população LGBTQIPNA+, dos povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, migrantes e catadores de recicláveis.	92 votos
<b>15ª</b>	(9) Investir em campanhas institucionais, ações de educação em direitos e formação de defensoras e defensores populares na área de direitos humanos, enfrentamento à violência e direitos de grupos sociais vulnerabilizados.	75 votos
<b>16ª</b>	15. Melhorar o atendimento e acesso da Defensoria às pessoas que vivem em ocupações rurais e urbanas e criar o Núcleo Especializado em Moradia e Conflitos Fundiários.	65 votos
<b>17ª</b>	13. Facilitar o atendimento e acesso de pessoas que residem em zonas rurais, comunidades rurais e assentamentos aos serviços da Defensoria Pública, mediante ações itinerantes e ferramentas de atendimento virtual.	59 votos

## 5. CONCLUSÕES

### RESULTADOS FINAIS (ESTATÍSTICAS)

<b>ATIVIDADE</b>
Consulta Pública e Audiências Públicas do 1º Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás.
<b>PERÍODO</b>
Consulta Pública: 29/06/2023 a 10/07/2023 Audiências Públicas: 17/07/2023 a 01/08/2023
<b>ALCANCE</b>
Número de Participantes na Consulta Pública: 347 Número de Propostas na Consulta Pública: 1.044 Número de Audiências Públicas: 06 Número de Participantes nas Audiências Públicas: 311 Número de Formulários de Votação preenchidos: 265 Número total de participações: 658

O primeiro orçamento participativo da Defensoria foi idealizado para definir as prioridades na elaboração do orçamento da Defensoria Pública do Estado de Goiás para o próximo ano e contou com expressiva participação popular na sua realização.



Ao longo de todas as etapas realizadas em um período de 40 dias (de 23 de junho a 1º de agosto), foram ouvidas mais de 658 pessoas, oportunidade em que a Defensoria Pública recebeu demandas, todas devidamente registradas em formulários impressos e online, além daquelas elencadas nas plenárias das audiências públicas que ocorreram em locais estratégicos para alcançar todos os segmentos da sociedade civil organizada.

As audiências públicas ocorreram em locais abertos à comunidade, previamente informados e divulgados para quem quisesse participar, sendo também todas gravadas para produção de material audiovisual institucional que totalizaram mais de 30 (trinta) horas de produções durante os encontros realizados.

De acordo com o compilado das 05 (cinco) propostas com maior número de votos, sendo estas as principais demandas apresentadas durante as etapas do orçamento participativo, constata-se:

Em primeiro lugar, a população destaca como prioridade de investimento a urgente e necessária expansão do número de unidades da Defensoria Pública por todo o Estado de Goiás e, conseqüentemente, o aumento do número de Defensoras Públicas e Defensores Públicos. Ainda com relação ao mesmo tema, foi sugerida uma maior estruturação da equipe de apoio das defensorias e a implementação de novas ferramentas tecnológicas para auxiliar o trabalho das Defensoras e Defensores e, também, que se concretize a equiparação da Defensoria Pública entre os poderes que compõem o sistema de justiça constitucionalmente estabelecidos no que diz respeito à garantia de direitos.

Em segundo lugar nas prioridades levantadas, a população clama pela criação do Núcleo Especializado em Infância e Juventude, que sob sua ótica, fortalecerá a rede de proteção nas situações de risco contra crianças e adolescentes e, também, para a ampliação das ações do Projeto Defensoria nas Escolas como fatores de prevenção das violações dos direitos das crianças e adolescentes.

Na terceira proposta mais votada, a população entendeu como prioritário o fortalecimento da estrutura do Núcleo Especializado de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher-NUDEM, para investimento em ações de prevenção (como a capacitação interna e externa, além de campanhas institucionais) e enfrentamento de todos os tipos de violência contra a mulher.

A quarta proposta aclamada nas audiências públicas foi para que parte do orçamento público seja investido na ampliação da periodicidade das ações itinerantes e, também, no fortalecimento do atendimento para a população situada em locais de extrema



vulnerabilidade social e em municípios que ainda não possuem unidade da Defensoria Pública instalada.

Em quinto lugar, a população elegeu como prioritário o investimento de recursos para a ampliação do quadro de servidoras e servidores da Defensoria Pública e implantar uma política de valorização institucional e fomento a um ambiente organizacional de trabalho saudável, garantindo assim agilidade e presteza no atendimento aos assistidos.

Portanto, a conclusão do 1º Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado de Goiás reforça a necessidade de atender aos anseios da população vulnerável que espera pela oportunidade de ser ouvida em suas mazelas e dificuldades clamando por dignidade e justiça.

Além das demandas, ações e projetos que compõe possibilidades de investimentos orçamentários pela Defensoria Pública, surgiram diversas propostas relacionadas a atuação institucional e melhoria dos serviços e atendimento que não demandam orçamento para sua realização e que, igualmente, foram trazidas neste relatório.

Face o exposto, a Comissão de Orçamento Participativo encaminha o presente relatório final à apreciação da Defensoria Pública-Geral e apresentação ao Conselho Superior da Defensoria Pública.

Goiânia, 07 de agosto de 2023.

**COMISSÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO  
DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**